

Documento:600111 Poder Judiciário JUSTIÇA ESTADUAL Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins GAB. DO DES. MARCO VILLAS BOAS Apelação Criminal (PROCESSO ORIGINÁRIO EM MEIO ELETRÔNICO) Nº 5000002-48.2001.8.27.2708/TO PROCESSO ORIGINÁRIO: Nº 5000002-48.2001.8.27.2708/TO RELATOR: Desembargador MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS APELANTE: CLEWTON DOMINGOS MONTEIRO (RÉU) E OUTROS ADVOGADO: SERGIO MENEZES DANTAS MEDEIROS (OAB TO001659) APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO (AUTOR) VOTO Conforme relatado, trata-se de Apelações Criminais interpostas por ALDECI FERREIRA DE SÁ, MARCOS FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA e CLEWTON DOMINGOS MONTEIRO, em face da Sentença que os condenou pela prática do delito previsto no artigo 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal, à pena 9 (nove) anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, e pagamento de 150 (cento e cinquenta) dias-multa, à base de 1/3 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato delituoso. Consta na Denúncia que, no dia 15/9/2000, por volta das 15h, em Arapoema-TO, os denunciados, usando armas de fogo, assaltaram a agência do Banco do Brasil S/A, levando a quantia de R\$ 124.595,53 (cento e vinte e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta e três centavos). Ainda de acordo com a Denúncia, os acusados constituíram organização criminosa, com estrutura ordenada e divisão de tarefas. A Denúncia foi recebida no dia 9/3/2001 (Evento 1, DEC13, fls. 84). A Sentença condenatória foi exarada em 23/4/2020 (Evento 7, SENT1). Insatisfeito, o apelante CLEWTON DOMINGOS MONTEIRO aduz a prescrição retroativa pelo decurso do prazo, por força do artigo 109, III, do Código Penal, bem como a sua absolvição nos termos do artigo 386, II, V e VII, do mesmo diploma legal. Alternativamente, requer, em caso de manutenção da Sentença, seja diminuído o quantum da pena privativa de liberdade imposta, seguindo os critérios estabelecidos nos artigos 59 e 68 do Código Penal (Evento 41, RAZAPELA1). Por sua vez, os apelantes ALDECI FERREIRA DE SÁ e MARCOS FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA, nas razões recursais, aduzem o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva em concreto (retroativa) na forma dos artigos 107, IV, e 109, II, ambos do Código Penal. No mérito, requerem a absolvição, por não haver prova de concorreram para a infração penal, na forma do artigo 386, IV, do Código de Processo Penal. Alternativamente, pleiteiam o afastamento da causa de aumento de pena prevista no artigo 157, § 2º, I, do Código Penal, e que sejam valoradas positivamente as circunstâncias judiciais, com a redução da pena-base (Evento 42, RAZAPELA1). Nas Contrarrazões, o apelado defende a reforma da Sentença recorrida e o provimento dos recursos, a fim de reconhecer que, com base no quantum de pena fixado na sentença vergastada, a prescrição retroativa há de ser decretada. A Procuradoria Geral de Justiça opina pelo conhecimento das Apelações, com acolhimento da preliminar referente à prescrição retroativa, deixando de se manifestar quanto mérito, em decorrência do óbice ante o reconhecimento do interregno prescricional. Conforme visto, os apelantes aduzem, preliminarmente, a necessidade da extinção da punibilidade, ante a prescrição do crime. Dos autos, denota-se ter sido os apelantes condenados como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal. De início, registre-se que, haja vista a quantidade da pena aplicada, verifico a ocorrência de prescrição. Infere-se dos Autos que os apelantes foram condenados à pena de 9 (nove) anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, e pagamento de 150 (cento e cinquenta) dias-multa, à base de 1/3 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato delituoso. Denota-se, ainda, que apenas a defesa recorreu da Sentença, ocorrendo, assim, o trânsito em

julgado do processo para a acusação. Assim, em razão do disposto no artigo 110, § 1º, do Código Penal, tem-se que a prescrição, na hipótese, regula-se pela pena aplicada. Ademais, cumpre salientar que, considerada a data dos fatos (ano de 2000), aplicável ao caso o disposto nos artigos 109 e 110, do Código Penal, antes da nova redação dada pela Lei nº 12.234, de 2010, por ser a legislação mais benéfica aos réus: “Art. 109 – A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (...) II – em dezesseis anos, se o máximo da pena é superior a oito anos e não excede a doze; Art. 110 – A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984); § 1º – A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984); § 2º – A prescrição, de que trata o parágrafo anterior, pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)”. Grifei. Nesse sentido é o precedente do Superior Tribunal de Justiça: “HABEAS CORPUS (...) EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. PENA IN CONCRETO NÃO SUPERIOR A DOIS ANOS. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA EM QUATRO ANOS. TRANSCURSO DE LAPSO TEMPORAL SUPERIOR. PRESCRIÇÃO VERIFICADA. (...) 2. Verifica-se a ocorrência da extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva quando evidente nos autos o transcurso do prazo fixado em lei entre os marcos processuais interruptivos examinados (art. 109, inciso V, c.c. o art. 110, §§ 1.º e 2.º, do Código Penal, com redação anterior à Lei n.º 12.234/10), in casu, entre os fatos imputados ao Paciente e o recebimento da denúncia. 3. Considerada a data dos fatos, é aplicável ao caso o disposto nos art. 109 e 110, do Código Penal, antes da nova redação dada pela Lei n.º 12.234/10. 4. Ordem de habeas corpus não conhecida. Ordem concedida, de ofício, para declarar extinta a punibilidade do Paciente quanto aos fatos cometidos em 01/12/2005, 05/07/2007 e 20/08/2007, em razão da prescrição da pretensão punitiva estatal, nos termos do art. 107, inciso IV, c/c. os arts. 109, inciso V, e 110, § 1º, todos do Código Penal”. (STJ, HC 268.896/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, julgado em 6/2/2014, DJe 26/2/2014). Grifei. Assim, considerando a pena em concreto de 9 (nove) anos de reclusão, nos termos do artigo 109, inciso II c.c. artigo 110, §§ 1º e 2º (antiga redação), ambos do Código Penal, a prescrição aniquila a ação penal no lapso de 12 (doze) anos, podendo ter por termo inicial data anterior à do recebimento da Denúncia. Repise-se que, no presente caso, a prescrição somente tem por termo inicial data anterior à do recebimento da Denúncia, em razão do crime ter sido praticado antes da alteração legislativa dada pela Lei nº 12.234, de 2010, a qual revogou o § 2º do artigo 110, do Código Penal, acrescentando ao § 1º a vedação no sentido de que a prescrição “em nenhuma hipótese pode ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa”. Ao discorrer sobre o tema, GUILHERME NUCCI esclarece: “Trata-se do cálculo prescricional que se faz de frente para trás, ou seja, proferida a sentença condenatória, com trânsito em julgado, a pena torna-se concreta. A partir daí, o juiz deve verificar se o prazo prescricional não ocorreu entre a data do fato e a do recebimento da denúncia ou entre esta e a sentença condenatória. Ex: o delito de

lesões corporais, levando-se em conta a pena em abstrato (leia-se, o máximo previsto para o crime, ou seja, 1 ano), prescreve em 4 anos. Mas se o juiz aplicar a pena de 6 meses, da qual não recorre o Ministério Público, o prazo prescricional cai para 2 anos. Portanto, utilizando a prescrição retroativa, é possível a sua verificação entre a data do fato e a do recebimento da denúncia ou entre esta e a sentença condenatória". (NUCCI, Guilherme de Souza, Código Penal comentado, 10 ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, pág.573/574). Tendo em vista a data dos fatos (15/9/2000), verifica-se o transcurso de lapso temporal superior a 19 (dezenove) anos. Resta evidente, portanto, a ocorrência de extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva estatal, com base na pena in concreto. Ademais, ainda que o marco inicial fosse o recebimento da Denúncia, deve ser reconhecida a prescrição, em razão da pena em concreto, pois verificado que foi ultrapassado lapso temporal superior ao marco legal estabelecido, em atenção à norma prevista no artigo 109, II, e artigo 110, § 1º, do Código Penal. No caso, entre a data do recebimento da Denúncia (9/3/2001) e publicação da Sentença (23/4/2020) passaram-se 19 (dezenove) anos. Logo, observando a pena privativa de liberdade atribuída, é forçoso reconhecer que ocorreu a prescrição da pretensão punitiva, pois transcorreram mais de 16 (dezesesseis) anos desde a data do recebimento da Denúncia e a data da Sentença, sem a superveniência de quaisquer causas suspensivas ou interruptivas. Dessa maneira, de qualquer forma, ocorreu a prescrição da pretensão punitiva superveniente, calcada na pena in concreto. Nesse sentido: "APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. PRELIMINAR. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA PELA PENA EM CONCRETO. TRÂNSITO EM JULGADO PARA ACUSAÇÃO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. PRAZO PRESCRICIONAL. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 109, III C/C 110, § 1º C/C 114, II, C/C 107, IV, TODOS DO CP. MÉRITO RECURSAL PREJUDICADO. Deve ser reconhecida a prescrição pela pena em concreto quando ultrapassado lapso temporal superior ao marco legal estabelecido, em atenção à norma prevista no art. 109, V, c/c art. 110, § 1º, todos do Código Penal." (TJ-MG – APR: 10035071120535001 Araguari, Relator: SÁLVIO CHAVES, Julgamento: 4/5/2022, 7ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6/5/2022). Grifei. Por fim, restam prejudicadas as demais teses meritórias, em virtude do reconhecimento da prescrição e consequente extinção da punibilidade dos apelantes. Posto isso, voto por conhecer das Apelações de ALDECI FERREIRA DE SÁ, MARCOS FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA e CLEWTON DOMINGOS MONTEIRO e, no mérito, dar-lhes provimento, a fim de reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal, em relação ao crime de roubo majorado, previsto no artigo 157, § 2º, I e II, do Código Penal, apurado nos autos da Ação Penal nº 5000002-48.2001.8.27.2708, declarando-se extinta a punibilidade dos apelantes. Documento eletrônico assinado por MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS, Relator, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 5, de 24 de outubro de 2011. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.tjto.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador 600111v3 e do código CRC dff2a5e8. Informações adicionais da assinatura: Signatário (a): MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS Data e Hora: 6/9/2022, às 17:35:42 5000002-48.2001.8.27.2708 600111.V3 Documento:600132 Poder Judiciário JUSTIÇA ESTADUAL Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins GAB. DO DES. MARCO VILLAS BOAS Apelação Criminal (PROCESSO ORIGINÁRIO EM MEIO ELETRÔNICO) Nº 5000002-48.2001.8.27.2708/TO PROCESSO ORIGINÁRIO: Nº

fato delituoso. Consta na Denúncia que, no dia 15/9/2000, por volta das 15h, em Arapoema-T0, os denunciados, usando armas de fogo, assaltaram a agência do Banco do Brasil S/A, levando a quantia de R\$ 124.595,53 (cento e vinte e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta e três centavos). Ainda de acordo com a Denúncia, os acusados constituíram organização criminosa, com estrutura ordenada e divisão de tarefas. A Denúncia foi recebida no dia 9/3/2001 (Evento 1, DEC13, fls. 84). A Sentença condenatória foi exarada em 23/4/2020 (Evento 7, SENT1). Insatisfeito, o apelante CLEWTON DOMINGOS MONTEIRO aduz a prescrição retroativa pelo decurso do prazo, por força do artigo 109, III, do Código Penal, bem como a sua absolvição nos termos do artigo 386, II, V e VII, do mesmo diploma legal. Alternativamente, requer, em caso de manutenção da Sentença, seja diminuído o quantum da pena privativa de liberdade imposta, seguindo os critérios estabelecidos nos artigos 59 e 68 do Código Penal (Evento 41, RAZAPELA1). Por sua vez, os apelantes ALDECI FERREIRA DE SÁ e MARCOS FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA, nas razões recursais, aduzem o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva em concreto (retroativa) na forma dos artigos 107, IV, e 109, II, ambos do Código Penal. No mérito, requerem a absolvição, por não haver prova de concorreram para a infração penal, na forma do artigo 386, IV, do Código de Processo Penal. Alternativamente, pleiteiam o afastamento da causa de aumento de pena prevista no artigo 157, § 2º, I, do Código Penal, e que sejam valoradas positivamente as circunstâncias judiciais, com a redução da pena-base (Evento 42, RAZAPELA1). Nas Contrarrazões, o apelado defende a reforma da Sentença recorrida e o provimento dos recursos, a fim de reconhecer que, com base no quantum de pena fixado na sentença vergastada, a prescrição retroativa há de ser decretada. A Procuradoria Geral de Justiça opina pelo conhecimento das Apelações, com acolhimento da preliminar referente à prescrição retroativa, deixando de se manifestar quanto mérito, em decorrência do óbice ante o reconhecimento do interregno prescricional. É o relatório. À revisão. Documento eletrônico assinado por MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS, Relator, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 5, de 24 de outubro de 2011. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.tjto.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador 600103v3 e do código CRC 1ac77566. Informações adicionais da assinatura: Signatário (a): MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS Data e Hora: 11/8/2022, às 17:35:52 5000002-48.2001.8.27.2708 600103 .V3 Extrato de Ata Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins EXTRATO DE ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30/08/2022 Apelação Criminal (PROCESSO ORIGINÁRIO EM MEIO ELETRÔNICO) Nº 5000002-48.2001.8.27.2708/T0 RELATOR: Desembargador MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS REVISORA: Desembargadora ANGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE PRESIDENTE: Desembargador ADOLFO AMARO MENDES PROCURADOR (A): MARCOS LUCIANO BIGNOTI APELANTE: CLEWTON DOMINGOS MONTEIRO (RÉU) ADVOGADO: SERGIO MENEZES DANTAS MEDEIROS (OAB T0001659) APELANTE: MARCOS FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA (RÉU) ADVOGADO: SEBASTIANA PANTOJA DAL MOLIN (DPE) APELANTE: ALDECI FERREIRA DE SÁ (RÉU) ADVOGADO: SEBASTIANA PANTOJA DAL MOLIN (DPE) APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO (AUTOR) Certifico que a 1ª CÂMARA CRIMINAL, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, proferiu a seguinte decisão: SOB A PRESIDÊNCIA DO DESEMBARGADOR ADOLFO AMARO MENDES, A 1ª TURMA JULGADORA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER DAS APELAÇÕES DE ALDECI FERREIRA DE SÁ, MARCOS FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA E CLEWTON DOMINGOS MONTEIRO E, NO MÉRITO, DAR-LHES PROVIMENTO, A FIM DE

RECONHECER A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, EM
RELAÇÃO AO CRIME DE ROUBO MAJORADO, PREVISTO NO ARTIGO 157, § 2º, I E II,
DO CÓDIGO PENAL, APURADO NOS AUTOS DA AÇÃO PENAL Nº
5000002-48.2001.8.27.2708, DECLARANDO-SE EXTINTA A PUNIBILIDADE DOS
APELANTES. RELATOR DO ACÓRDÃO: Desembargador MARCO ANTHONY STEVESON
VILLAS BOAS Votante: Desembargador MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS
Votante: Desembargadora ANGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE Votante: Juiz JOCY
GOMES DE ALMEIDA WANDELBERTE RODRIGUES DE OLIVEIRA Secretário